



O PAPEL DA CULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma análise sobre a Bahia

Eixo Temático: GT2 – Macroeconomia, Economia Internacional, Economia Brasileira, Economia Regional e Economia Baiana

Vitor Breno Rocha Oliveira¹

Josias Alves de Jesus²

Resumo

O objetivo central desse trabalho é verificar o papel que a cultura desempenhou no desenvolvimento econômico no estado da Bahia. O estudo contou com o método de revisão histórica e pesquisa bibliográfica para verificar a estratégia de desenvolvimento no estado e a participação da cultura nesse processo, visto o estado possuir uma reconhecida diversidade cultural. A análise tem seu ponto inicial no desdobramento do “enigma baiano”, com a mudança de posicionamento estratégico do governo para sanar com a problemática de retração econômica. Após esse processo destaca-se a importância e a visão de autores, perante revisão bibliográfica, do papel que a cultura desempenha na busca do desenvolvimento econômico, além de demonstrar a partir de dados, a relevância que o setor tem para a Bahia. Segundo a análise pode-se observar que a cultura não foi utilizada na estratégia de desenvolvimento econômico do estado, mas vem sendo potencializada com as políticas públicas realizadas nos últimos anos.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento. Bahia.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: vitor_broliveira@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DCSA-UESB). E-mail: josiasalves@uesb.edu.br

1. Introdução

A cultura é algo inerente da vida humana, estando presente nos mais diversos períodos, contribuindo na construção e preservação da memória da sociedade, por esse motivo a cultura vem sendo objeto de estudos das mais diversas áreas, como a filosofia e a antropologia. Todavia, os estudos da cultura sob a ótica da economia ainda são muito recentes, pois por muito tempo as atividades desse setor foram consideradas como improdutivas pelo *mainstream* da economia, devido as peculiaridades que apresenta, e conseqüentemente, não eram levadas em consideração nas discussões sobre desenvolvimento econômico. A cultura, portanto, era colocada em segundo plano dentro das análises com essa perspectiva, fato perceptível nos meios adotados pelos países e por muitas regiões, na busca por se desenvolver.

Dessa forma, o objetivo desse estudo é analisar a estratégia de desenvolvimento econômico do estado da Bahia, observando os motivos que levaram-na a adotá-la, ao mesmo tempo em que busca perceber o papel que a cultura teve dentro desse processo, considerando a riqueza cultural presente no estado. A Bahia foi escolhida como recorte geográfico, justamente por apresentar uma cultura muito latente, reconhecida internacionalmente através de seu patrimônio histórico, da diversidade cultural apresentada ao longo do território, da gastronomia, da música, das danças e festas, entre elas, o carnaval, considerada uma das maiores festas populares do mundo.

Além disso, a Bahia passou por um período curioso de sua história, denominado pelos intelectuais da época como “enigma baiano”, pois o estado que se destacava no país pela sua produção significativa durante o século XIX, passa a apresentar taxas consideravelmente baixas em seu crescimento, na primeira metade do século XX. Fato que fez o estado mudar sua condução econômica, no esforço em alcançar o desenvolvimento e sair do cenário desfavorável em que se encontrava.

Assim, a metodologia do presente estudo utilizou-se do método dedutivo como método de abordagem. Já como o método de procedimento foi utilizado o método histórico, pois fez-se necessário historicizar acerca do processo de crescimento econômico do estado da Bahia desde a primeira metade do século XX e as tentativas de promover seu desenvolvimento. Ainda como elemento metodológico, foi utilizado como técnicas de pesquisa a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, além do levantamento de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC 2007-2018).

Essa pesquisa está dividida em quatro seções além dessa introdução. A próxima seção tratará do enigma e a origem da “involução” da Bahia, observando o ponto de partida para mudança na proposta de desenvolvimento do estado. Em seguida, analisa-se o processo de desenvolvimento da

Bahia. Na terceira seção, é discutido o papel da cultura nessa estratégia de desenvolvimento do estado. Por fim, são apresentadas as principais considerações deste estudo.

2. O Enigma e a origem da “involução” da Bahia

O estado da Bahia foi o primeiro estado a se urbanizar no Brasil. A instalação da capital do Brasil em Salvador em 29 de março de 1549 representou um processo de crescimento e expansão econômica sem igual no país. Este crescimento foi baseado na produção de cana de açúcar, no comércio de escravos e na produção de fumo. Foi um período sempre marcado por altos e baixos devido ao fato da economia baiana sempre depender de demandas externas.

A partir do século XVIII com a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, aliada às descobertas de ouro nas minas gerais na entre 1690 e 1750, o frágil crescimento econômico da Bahia entrou em declínio. O centro dinâmico brasileiro já não era o nordeste e muito menos a Bahia. O ouro em Minas, o café em São Paulo e a nova capital federal deslocaram a atenção dos país para a região Sudeste. Na virada do século XX, os políticos baianos se perguntavam como a Bahia não conseguia se desenvolver economicamente.

O estado apresentou ao longo do século XX, uma dinâmica econômica marcada por grandes transformações. Nos primeiros 50 anos do século passado, a Bahia cresceu a taxas significativamente baixas, fazendo com que esse período histórico ficasse conhecido como “enigma baiano” (AZEVEDO, 2000). Conforme destaca Pinto de Aguiar (1958), tal enigma estaria nos questionamentos que eram levantados pela população baiana e sua elite, além da imprensa local, com relação as causas das baixas taxas de crescimento econômico do estado, em busca de soluções para essa problemática até então sem evidentes explicações.

Segundo pontua Pinto de Aguiar (1958), dentre os fatores que possivelmente traduziriam esse atraso estão a influência materna na constituição das famílias irregulares da sociedade, destacado por Thales de Azevedo; o espírito empresário-industrial deficiente, de pessoas que só visavam elevados lucros nas atividades mercantis, destacado por Rômulo Almeida; a alta rentabilidade e adequação das lavouras baianas de exportação como um elemento contra polarizador da indústria, apontado por Mário Barbosa; a sangria de braços da Guerra do Paraguai, realçado por Braz de Amaral; e por fim, a estreita capacidade de absorção das poupanças, existentes em outro períodos, evidenciado por Clemente Mariani. Enfim, muitas são as possíveis razões destacadas pelos pensadores da época, porém, conforme salienta Azevedo, “[...] essas múltiplas explicações não conseguem constituir uma visão integrada e coerente do complexo problema da relativa estagnação da economia estadual em relação à nacional” (AZEVEDO, 2000, p. 49).

Dessa forma, conforme destaca Azevedo (2015), a economia baiana estava voltada para o comércio, com pouco dinamismo e integração intersetorial, ou seja, uma economia ligada mais às trocas do que à produção. Em uma análise comparativa, Almeida (1977 *apud* SPINOLA, 2004) destaca a participação da Bahia no total da indústria nacional, quando no Censo de 1920 estava distribuída em capital aplicado (3,5%), força motriz (4,0%), operários (5,7%) e produção (2,8%), declinando no Censo de 1940 para 1,9%; 2,3%; 3% e 1,3%, respectivamente, evidenciando a “involução” industrial que viveu a Bahia.

Assim, Pinto de Aguiar (1958) sugere que o primeiro passo para superação dessa estagnação seria identificar o “mal”, não apenas de modo superficial, mas buscando identificar suas causas de maneira profunda; o segundo passo seria a terapêutica, entendida como o planejamento; e por último, a mobilização social, através da opinião pública em relação às políticas que viriam a ser adotadas para correção dos pontos que prejudicavam a economia baiana. O autor aponta três possíveis soluções, destacadas por Eliomar Filho (2018), sendo:

A primeira seria resolver a instabilidade econômica do estado causada até então pela dependência agrícola, que desenvolviam um mal típico de economias atreladas ao setor primário: internamente necessitava de safras bem sucedidas; externamente subordinava-se aos humores dos mercados internacionais e dos preços atrelados aos seus produtos. A segunda saída era resolver a corrosão da moeda nacional no que concerne à política cambial, que desvalorizava profundamente a economia baiana, tão refém dos mercados internacionais tanto para exportação quanto para importação. A terceira saída dependia da resolução das duas anteriores: fazer crescer as poupanças dos cidadãos baianos e estimular investimentos no estado, dependendo justamente de uma estabilidade econômica e de uma política cambial controlada e favorável (ELIOMAR FILHO, 2018, p. 3).

Dessa forma, Aguiar (1958) ressalta o papel que São Paulo passa a ocupar no país com o crescimento da cultura cafeeira, beneficiada pela tecnologia utilizada, transporte, escoamento e custeio, além de poder se expandir sem competidor aparente, o que gerava alta acumulação de capital. Cenário que a Bahia vivenciou no século XIX, quando havia alta dos preços devido à grande demanda pelos produtos baianos na Europa, todavia, o que se verificava no período analisado era uma menor rentabilidade, devido à crescente concorrência internacional e a perda de recursos técnicos e financeiros, que associados levavam a menos poupança e menos emprego (ELIOMAR FILHO, 2018).

Aguiar (1958) destaca o surgimento da cultura cacaueteira no sul do estado, em detrimento da redução vertiginosa do valor do açúcar baiano na conjuntura internacional, como um importante gerador de divisas para a Bahia. Entretanto, salienta Eliomar Filho (2018), essa recuperação econômica não conseguia diminuir o gap em termos de tecnologia, infraestrutura e atração de

investimentos, em relação a São Paulo, realidade que fez com que os recursos do governo federal de toda ordem, se concentrassem e favorecessem cada vez mais o centro-sul do país.

3. O processo de desenvolvimento da Bahia

De forma prática, a partir da década de 1950, chegando até os anos 1980, a Bahia foi marcada por um período de forte transição, passando de uma economia majoritariamente agrário-exportadora, com pífio desempenho, estando abaixo da média nacional, para uma economia industrializada, centralizada na produção de *commodities* intermediárias, tendo como marco desse processo, a implantação da Refinaria Landulpho Alves na década de 1950 (CAVALCANTE, 2008).

Cavalcante (2008) destaca propostas que haviam sido colocadas, para assegurar o desenvolvimento econômico do estado, a exemplo de Clemente Mariani, que sugere, dentre as bases da recuperação econômica da Bahia, o aproveitamento das fontes de petróleo e gás natural presentes no território, além do potencial hidroelétrico da usina de Paulo Afonso. O autor destaca também, um dos apontamentos de Pinto de Aguiar, em relação a riqueza do subsolo baiano, que possibilitaria a instauração de empresas, que configuraria uma rede de indústrias secundárias e complementares.

Tal colocação converge com a teoria dos “polos de crescimento” de François Perroux (1903 – 1987), utilizado nos estudos de economia regional, do qual buscou analisar as relações entre as indústrias denominadas motrizes, que leva ao aumento do fluxo de compra e venda de outras indústrias, denominadas movidas (CAVALCANTE, 2002). Assim, segundo Cavalcante (2002), Perroux alega que a indústria motriz, além de contribuir com o crescimento global do produto, também influencia no crescimento do ambiente em que está inserida, a partir das relações que estabelece com as indústrias movidas, modificando seu meio geográfico e intensificando as atividades econômicas, de uma maneira geral, devido ao surgimento de novas necessidades coletivas, advindas da aglomeração industrial e urbana.

Dessa forma, segundo Cavalcante (2008), dentro das análises e diagnósticos realizados na década de 1950, buscando a retomada do desenvolvimento econômico da Bahia, nota-se a preocupação do poder público em relação ao planejamento estatal, com as chamadas “Pastas Rosas”, documento elaborado a pedido do governador Antônio Balbino, em 1955. De acordo com o autor:

[...] argumentava-se que a instabilidade da economia baiana decorria de sua dependência da agricultura (vulnerável a secas) e do comércio exterior (termos de intercâmbio) e propunha-se a diversificação da produção, o desenvolvimento da indústria e o estabelecimento de maiores vínculos com os mercados locais e nacionais (CAVALCANTE, 2008, p. 76-77).

Em 1959 é elaborado o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), propondo medidas para modificar a configuração econômica do estado, a partir de uma industrialização

intensiva (CAVALCANTE, 2008). Segundo Spinola (2004), enquanto o Plandeb demonstrava ser a materialização das análises intelectuais feitas na década de 1950, alguns investimentos foram significativos no favorecimento do desenvolvimento industrial no estado, dentre eles a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em relação a Refinaria Landulpho Alves, Cavalcante (2008) destaca que mesmo sendo consequência de uma intervenção do governo com a Petrobras, sugerindo a criação de um polo de crescimento, os princípios teóricos que fundamentariam a implantação da RLAM não se apoiavam nas teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, de François Perroux, criador do conceito de polo de crescimento; Gunnar Myrdal, autor da hipótese da causação circular a acumulativa; ou Albert Hirschman, criador dos conceitos de efeitos para frente e par trás.

O motivo real da implantação da refinaria na Região Metropolitana de Salvador (RMS) estava nas razões logísticas, mesmo que posteriormente tenha causado benefícios possíveis de associar ao conceito de polo de crescimento, inicialmente o fator impulsionador foi o aproveitamento da matéria-prima disponível no local (CAVALCANTE, 2008). Dessa maneira, tal motivo relaciona-se mais com os teóricos clássicos da localização, principalmente Alfred Weber, criador da Teoria da Localização Industrial, que:

[...] usando uma formulação de caráter neoclássico, admite que a decisão quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores: o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração. [...] Com relação aos custos de transporte, Weber (1909) postula que as indústrias tendem a instalar-se onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos [...] (CAVALCANTE, 2002, p. 9).

Ademais, conforme ressalta Azevedo (2015), todas essas mudanças estruturais que alteram a composição do PIB, tais como modernização da agricultura e crescimento do setor de comércio e serviços, incentivados pela expansão da indústria, foram responsáveis por essa transição do qual passou a Bahia. Além disso, essas mudanças modificaram também as relações sociais até então vigentes no estado, com “[...] novos agrupamentos sociais compondo as elites dirigentes e novos segmentos da classe trabalhadora assumindo papéis de mais destaque na formação social estadual” (AZEVEDO, 2015, p. 111).

A Bahia seguiu então nessa trajetória, buscando industrializar-se a partir do oferecimento de incentivos fiscais e de infraestrutura, por parte do governo estadual. Por conseguinte, foi implantado na segunda metade da década de 1960, o Centro Industrial de Aratu, além de outras iniciativas de criação dos “Polos de industrialização” pelo interior do estado, entre as décadas de 1960 e 1970, representando a estratégia de desenvolvimento até então adotada, pautada na produção especializada

em bens intermediários, com uma indústria complementar à das regiões Sul e Sudeste do país (CAVALCANTE, 2008).

Nesse ponto, Spinola (2004) demonstra que entre o final da década de 1960 e o início dos anos 80, a Bahia apresentou um ritmo de crescimento econômico notório, com taxas médias anuais de incremento do PIB maiores que 7% a.a., chegando a 11,3% em 1978 e 11,1% em 1980. O autor admite alguns fatores que explicariam esse desenvolvimento industrial, destacando a política de industrialização associada a atração de investimentos, considerando a implantação dos distritos industriais no interior, do Centro Industrial de Aratu e do Complexo Petroquímico de Camaçari; a entrada considerável de recursos federais, via BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Sistema Financeiro de Habitação no que tange a obras de infraestrutura, tanto em relação a conjuntos habitacionais, quanto a montagem industrial; e o financiamento público preferencial, realizado por meio dos incentivos fiscais federal e estadual (SPINOLA, 2004).

No que tange aos incentivos fiscais e financeiros oferecidos, Cavalcante (2008) ressalta em relação ao Centro Industrial de Aratu (CIA), o uso indevido de tais incentivos que acabava por gerar fraudes, do qual galpões eram ocupados, sem que as atividades produtivas das empresas estivessem sendo executadas no local, mantendo os galpões apenas para ter acesso aos incentivos.

Desse modo, o CIA e o COPEC consolidam a Bahia como região produtora de bens intermediários, passando a concentrar a atividade industrial do estado. Nessa perspectiva, outras iniciativas foram tomadas na tentativa de criar possíveis polos de industrialização pelo território baiano, entre as décadas de 1960 e 1970, sendo o principal o Centro Industrial do Subaé, em Feira de Santana, mas também outros importantes distritos em Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro, Jequié, Alagoinhas e Porto Seguro (CAVALCANTE, 2008). De acordo com dados do governo do estado, em 1980 esses distritos eram responsáveis por quase 1/4 das exportações do estado e mais de 10% do ICM gerado em suas áreas, além de juntos possuírem 205 unidades, que geravam mais de 15 mil empregos diretos (BAHIA, 1983 *apud* CAVALCANTE, 2008).

Em relação ao mercado de trabalho, observa-se uma significativa mudança, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960, do qual o emprego no setor agrícola reduz-se em consequência do crescimento exponente do emprego industrial e de serviços, tendo esse último ultrapassado o emprego da indústria a partir dos anos 1970 (AZEVEDO, 2000). Complementarmente as constatações feitas em seu estudo de 2000, Azevedo apresenta a visão de Guimarães a respeito dessa nova classe trabalhadora, predominantemente industrial, que estava se constituindo, “[...] com suas complexidades, aspirações e processos de participação política que altera a dinâmica social

anteriormente dependente dos trabalhadores dos portos, dos pescadores e dos trabalhadores do comércio e serviços” (GUIMARÃES, 1987 *apud* AZEVEDO, 2015, p. 123).

Barreto (2014 *apud* LIMA, 2018), destaca que ao observar o desenvolvimento mais recente da economia baiana, percebe-se um maior dinamismo, com aumento de investimentos em infraestrutura, turismo e serviços, além de uma maior diversificação industrial, com a implementação das indústrias automobilísticas e de calçados. O autor ressalta que o estado ainda não saiu do panorama em que a divisão nacional do trabalho o coloca, na medida em que permanece como produtor de matérias-primas e bens intermediários para outros estados do país, além de ser consumidor de tais estados e permanecer como “gerador de divisas no agronegócio e no turismo” (BARRETO, 2014 *apud* LIMA, 2018, p. 112).

4. A cultura na estratégia de desenvolvimento baiano

Por muito tempo a cultura não foi considerada como um setor capaz de influenciar no desenvolvimento econômico. Portanto, os estudiosos da economia ao desconsiderar tal potencial, não observavam a contribuição do setor cultural no mercado de trabalho ou em outros importantes indicadores econômicos. Pereira e Spinola (2015), destacam que apesar dos estudos em cultura iniciarem-se em 1871, por Edward Tylor, foi somente na segunda metade do século XX que a cultura passou a ser analisada, do ponto de vista científico, pela economia. A produção cultural foi impulsionada pelo progresso tecnológico, principalmente devido ao surgimento de novas tecnologias digitais, porém foi a partir do pós-guerra que a produção, circulação e consumo dos bens culturais, começaram a ganhar destaque nas economias mundiais. Os autores ainda destacam um trecho de uma publicação de Reis para pontuar em que período esse segmento começa a se destacar:

[...] somente a partir dos anos 1970, a economia da cultura ganhou importância entre os debates e estudos no mundo acadêmico e, progressivamente, passou a obter destaque entre os órgãos internacionais de cooperação, que perceberam seu grande potencial na geração de riqueza para diversos países (REIS, 2008 *apud* PEREIRA; SPINOLA, 2015, p. 54).

Em consequente, Reis (2007) admite que a Economia da Cultura insere a lógica e a metodologia econômica no campo cultural, colocando-se a serviço da cultura para ser um instrumental, que “[...] analisa as relações entre oferta, distribuição e demanda culturais, identifica as falhas de mercado, [...] mapeia as restrições individuais que limitam seu consumo, sinaliza caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável e sugere ações a serem tomadas [...]” (REIS, 2007, p. 24). Assim, a Economia da Cultura se torna fundamental para a realização de políticas públicas, na medida em que aplica os pilares de planejamento, eficiência e eficácia e analisa o

comportamento dos agentes de mercado, com o objetivo de verificar a razoabilidade das metas implementadas pela política pública (REIS, 2007).

A primeira obra que marca o início dos estudos da cultura do ponto de vista econômico e empírico é datada de 1968, quando W. Baumol e W. Bowen realizam o estudo chamado *Performing Arts: the Economic Dilemma*, resultado de uma consultoria feita à Fundação Ford, em que analisavam o setor de teatros e apresentações ao vivo na Broadway (DINIZ, 2008). Nesse sentido, Spinola (2018) compreende que nesse estudo os autores percebem as peculiaridades do setor cultural, que difere-se dos demais setores da economia devido ao uso intensivo do trabalho e a não sensibilidade aos ganhos advindos da produtividade tecnológica, defendendo o subsídio às artes, através de políticas públicas. Além disso, observaram ainda que os salários de técnicos e artistas tendiam à estagnação, não acompanhando a tendência geral do mercado.

A partir de então, outros estudiosos passaram a se interessar pelo comportamento econômico da cultura, conforme salienta Spinola (2018), dentre eles David Throsby, Gary Becker, M. Blaugh, Mike Featherstone, Françoise Benhamou, Ruth Towse, Immanuel Wallerstein, entre outros. Porém, as atividades culturais já tinham sido observadas desde o início das análises econômicas de forma pontual e esporádica. Todavia, por apresentarem bens e serviços intangíveis e possuírem um processo produtivo e de consumo atípicos, excludente do modo de produção que era analisado pelo *mainstream* da economia, essas atividades passaram a ser consideradas sem grande relevância para a sociedade (SPINOLA, 2018).

Nessa perspectiva, Vilar (2007) salienta que o valor dos bens culturais é a questão em que a economia encontra maior dificuldade na aplicabilidade de seus conceitos convencionais, segundo ele os mercados de bens culturais estão distantes da noção clássica de mercado, no qual se trocaria bens e serviços homogêneos e os agentes teriam tendenciosamente as mesmas informações, já o mercado cultural, ao contrário, “[...] impera a diversidade, ou o caráter único, ou raridade dos bens oferecidos e transacionados, e a imperfeição da informação será quase sempre a regra” (VILAR, 2007, p. 134).

Levando em consideração as peculiaridades do setor cultural aqui apresentadas, analisar a cultura pelo viés econômico e considerá-la como vetor de desenvolvimento é algo, relativamente, recente. Por sua vez, a cultura vem ganhando sensível destaque do ponto de vista econômico, e conseqüentemente do desenvolvimento, conforme assinala Lima:

No final do século XX, os campos da cultura e da economia tiveram uma aproximação crescente, impulsionada pelo progresso científico e tecnológico proporcionado pela Revolução Industrial. Isto ocorreu, inicialmente, com a consolidação da importância socioeconômica do cinema e das demais indústrias culturais. Mais recentemente, tal

fenômeno foi reforçado com o advento da sociedade da informação, trazendo novas mídias e intensificando a demanda por produtos e serviços culturais [...] (LIMA, 2018, p. 107).

No Brasil, destaca a autora, o assunto ganhou destaque a partir de 2004 com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que ocorreu em São Paulo e contou com um painel dedicado a análise dos impactos das indústrias criativas nos países em desenvolvimento. Durante o governo Lula da Silva, a cultura passou a ser vista de maneira mais ampla, ultrapassando a visão social do setor, passando a ser analisada do ponto de vista econômico, com uma maior preocupação em mensurá-la.

Conforme destaca Porta (2006), a Economia da Cultura constitui segmento relevante no desenvolvimento econômico brasileiro, devido ao fato da notável diversidade cultural e capacidade criativa do país. Dessa forma, o setor possui diferenciais competitivos em relação a outros setores, como: facilidade de absorver novas tecnologias; o potencial criativo e capacidade vocacional para inovação; profissionais altamente capacitados e disponíveis nos diferentes segmentos culturais; além da alta qualidade dos produtos culturais brasileiros, que possui forte aceitação em diversos mercados.

De acordo com o salientado pela autora, o governo Lula articulou a aproximação do então extinto Ministério da Cultura com o IBGE, na busca de consolidar dados do setor e efetivamente criar políticas públicas favoráveis ao segmento cultural brasileiro, além de ter estabelecido parcerias com órgãos federais de pesquisa para desenvolvimento de ações voltadas à Economia da Cultura. Complementarmente, destaca Lima (2018), houve a criação da Diretoria de Economia da Cultura no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da implementação da Secretaria de Economia Criativa, dentro do Ministério da Cultura e dos esforços dos governos estaduais, municipais e do setor privado no intuito de se aproveitar o imenso potencial econômico que a cultura apresenta no panorama interno brasileiro.

A Bahia, especificamente, possui um potencial cultural reconhecido nacional e internacionalmente, por dispor de uma notável diversidade nesse segmento. Mas, foi somente a partir de 1995, conforme destaca Vieira (2006), que a gestão estadual começa a mudar o direcionamento das políticas públicas culturais e do turismo, demonstrando uma maior associação entre cultura e desenvolvimento econômico.

O que justificaria essa nova forma de atuação no segmento cultural, ressalta a autora, seria justamente a presença da temática nos debates de renomados organismos internacionais, especialmente a partir da década de 1980, que fez o governo estadual redefinir seu papel diante à

cultura, aliando-a ao desenvolvimento econômico, até mesmo como estratégia política (VIEIRA, 2006).

Segundo Carvalho e Nóbrega (2012), foi a partir dos anos 1980 que a cultura passou a ser vista como “[...]fator indispensável para o aprimoramento humano, a coesão social, a diminuição das desigualdades, o progresso educacional, por intermédio de iniciativas de grandes organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento [...]” (CARVALHO; NÓBREGA, 2012, p. 129). Conforme destaca os autores, seriam esses organismos a Organização das Nações Unidas (ONU), que incluiu a cultura dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Banco Mundial; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros.

Assim, percebe-se uma recondução, que se mantém, na percepção da forte contribuição da cultura local para a economia do estado, ficando esse pensamento visível em um documento oficial do qual as autoridades baianas, destacam:

A cultura é que dá identidade e sentido à vida de um povo, formando simbólica e materialmente, as características que o diferenciam de outros povos, de outros agentes, de outras nações [...] A atividade cultural permeia tudo: turismo, educação, economia, o meio ambiente. É, portanto, importante agente para o desenvolvimento econômico e social de um povo [...] O enfoque da política de desenvolvimento deve considerar, por conseguinte, o setor cultural como um sistema que requer uma ação específica do Estado como base ou marco referencial, com interface com todos os demais setores da atividade humana (BAHIA, 2003, p. 7 *apud* VIEIRA, 2006, p. 113).

Alguns movimentos por parte do poder público em relação a cultura no estado foi percebido ainda nos anos 1960, quando foi criado no governo de Luís Viana Filho, o Departamento de Ensino Superior e da Cultura, sob domínio da Secretaria de Educação, tendo como principal objetivo a expansão das bibliotecas pelo interior. Vale ressaltar também, a recuperação feita por Antônio Balbino, do principal equipamento cultural baiano, o Teatro Castro Alves, além da criação do Conselho Estadual de Cultura, em 1967, sendo o primeiro órgão responsável pelas políticas culturais na Bahia (AZEVEDO, 2015).

Nessa perspectiva, a primeira secretaria especializada em assuntos específicos da cultura, apesar de ter sido inaugurada no governo de Waldir Pires em 1987, foi desfeita no mandato seguinte, do qual assumiu o cargo de governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (ACM), pela terceira vez, em 1991. Naquele momento, segundo Lima (2011), ACM iniciou uma nova política cultural, passando a associar a cultura com o turismo, recondução que permaneceria no governo Paulo Souto (1995-1999), que criou a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) em 1995, unindo de forma inédita no país, as duas pastas. Essa nova estratégia tinha como principal objetivo “[...] promover a modernização cultural e turística do Estado com o propósito de transformar a Bahia em lugar

identificado ao consumo cultural, inserindo-a assim no mercado global de bens simbólicos” (LIMA, 2011, p. 47). Balanco (2005 *apud* LIMA, 2011) explica que o principal motivo para tal união é que antes de ser pensada como forma de transformação social, a cultura é reduzida apenas aos aspectos econômicos e subjugada à fortalecer o turismo.

Foi somente a partir de 2007, com o início do governo Jaques Wagner, que a pasta da cultura é separada do turismo, iniciando uma nova inclinação na condução das políticas públicas culturais na Bahia. Tal afirmação é confirmada a partir da publicação da Secretaria de Cultura, ao realizar um cômputo de tais políticas entre 2007 e 2014, demonstrando que:

As políticas culturais desenvolvidas desde então têm como seu horizonte a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição culturais, a participação na construção das políticas culturais, a ampliação da cidadania e dos direitos culturais, além de buscar a mudança dos valores presentes na sociedade. Ela deve possibilitar a predominância de novos valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, de transparência, de equidade, de paz e de respeito à diversidade cultural, social, religiosa, étnica, etária, de gênero e de orientação sexual, imprescindíveis a uma nova sociedade e a um novo modelo de desenvolvimento (SECULTBA, 2014, p. 6).

Fica evidente, desse modo, que a Bahia passa a aproveitar-se de sua riqueza cultural, através de políticas públicas para se desenvolver. De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2021), a economia cultural/criativa no estado, movimentou R\$7,9 bilhões, em 2018, o que corresponde a 3,2% do valor agregado do PIB baiano. Analisando a participação média dos domínios culturais no VA, entre 2011 e 2018, 66% corresponde a atividades relacionadas ao segmento criativo, 25% correspondentes a atividades culturais e 9% de criações funcionais, do qual se encontra os serviços de bases culturais.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, divulgada pelo IBGE (2013 *apud* LIMA, 2018), o setor cultural/criativo e atividades relacionadas na Bahia, ocupavam 171 mil pessoas, representando 2,6% do total dos ocupados no estado. Levando em consideração dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2007 – 2018, também divulgado pelo IBGE (2019), em 2007 a Bahia possuía cerca de 38.240 pessoas ocupadas assalariadas no mercado formal cultural, elevando para 40.451 pessoas ocupadas, em 2017. Esse dado contrasta com o apresentado por Lima (2018), pois a PNAD leva em consideração os empregados registrados, não registrados e os trabalhadores independentes, o que leva a concluir que a dimensão do trabalho informal nesse setor na Bahia, também é bastante expressivo.

Tais dados comprovam a importância desse segmento para a dinâmica econômica da Bahia. Além de confirmar que as políticas públicas realizadas vem elevando o número de pessoas ocupadas formalmente no setor, todavia, conforme destaca Lima (2018), há ainda muito potencial para ampliar

a participação das atividades culturais na economia, pelos motivos apresentados anteriormente. Nota-se que a participação do estado vem permitindo com que o setor cultural/criativo demonstre sua potencialidade, podendo ser cada vez mais estratégico no desenvolvimento econômico da Bahia.

5. Considerações Finais

O estado da Bahia, durante o século XIX, destacava-se pela pujante produção agrícola, principalmente com a produção do açúcar, se destacando como uma economia agrário-exportadora. Todavia, esse cenário se altera e se agrava na primeira metade do século XX, quando o estado passou a apresentar um rendimento abaixo da média nacional, adentrando no período chamado pelos intelectuais da época, de “enigma baiano”, por não haver um consenso geral acerca dos motivos que levou a tal estagnação.

A partir dos anos 1950, a Bahia começou a adotar uma estratégia de desenvolvimento, com foco em industrializar-se. O marco dessa fase foi a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em 1950, estendendo esse processo até o final da década de 1970, com a inauguração do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Desse modo, a Bahia foi se consolidando ao longo dos anos, como produtora de bens intermediários, com uma economia complementar à região Sudeste do país.

Nota-se, dessa forma, a maneira do qual se constituiu o desenvolvimento econômico da Bahia e conseqüentemente, as alterações que sofreram as relações de trabalho no estado. É possível concluir a partir das considerações aqui colocadas, que apesar de possuir uma cultura latente, esse segmento foi considerado extrínseco ao processo de desenvolvimento na Bahia, bem como em outras regiões do país.

Apesar de possuir uma reconhecida diversidade e riqueza cultural, manifestada na gastronomia, nas danças, nas festas populares, no audiovisual, nas artes cênicas, na música, no artesanato e até mesmo nas edificações históricas que preservam a memória do estado e do país, a cultura não foi considerada dentro da estratégia de desenvolvimento da Bahia. Esse fato fica evidente ao analisar a perspectiva histórica do setor cultural no estado, do qual a cultura estava sempre associada a outra pasta com maior prioridade dos governos, seja a educação ou o turismo, demonstrando que apesar de seu potencial, estava sempre subjugada a outros interesses.

Dessa forma, nas últimas décadas nota-se uma maior preocupação dos estudiosos e também dos organismos internacionais em analisar a cultura como vetor de desenvolvimento, não somente pela influência do turismo, como é possível perceber com o carnaval, mas por ser um setor que gera empregos, influenciando na renda local, além de determinar padrões de produção e consumo.

Recentemente, percebe-se uma maior preocupação por parte do poder público em aproveitar esse potencial que a Bahia dispõe, em termos culturais, para viabilizar juntamente com outros setores, historicamente considerados estratégicos, como a indústria automobilística e o agronegócio, evidenciado a partir da separação da pasta da cultura com o turismo, em 2007, quando passou a ter uma secretaria própria. Esse fato, somente, não garante que a cultura, enquanto impulsionadora do desenvolvimento, seja totalmente potencializada, mas demonstra um interesse maior em aproveitar-se desse potencial.

Assim, faz-se necessário o aumento dos estudos relacionando cultura, desenvolvimento e economia regional na Bahia, pois por mais que não tenha sido parte, originalmente, da estratégia de desenvolvimento econômico do estado, a cultura sempre esteve presente, contribuindo com os indicadores econômicos da Bahia, recebendo mais recentemente o reconhecimento merecido. Todavia, ainda se faz necessário mais estudos com esse viés, para que seja possível fundamentar e, por conseguinte, implementar políticas públicas que gerem, de fato, efetividade social no prisma cultural.

5. Referências

AGUIAR, Manoel Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Salvador: Progresso, 1958. Disponível em: <https://cupdf.com/document/notas-ao-enigma-baiano-manoel-pinto-de-aguiar.html>. Acesso em: 01 jul. 2023.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Bahia: setenta anos do enigma baiano ao desafio do crescimento com distribuição de renda: futuro transformado, presente pujante, passado estruturador. *In*: PESSOTI, Gustavo Casseb (Org.). **A economia baiana em análise retrospectiva e perspectiva**. Salvador: CORECON-BA, 2015.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 10, n. 1, p. 49-67, jul. 2000.

CARVALHO, André Luiz Piva de; NÓBREGA, Zulmira Silva. Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura. *In*: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio César Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide (Orgs.). **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campo Grande, EDUEPB, 2012. 240 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em 15 jul. 2023.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria**: a economia baiana na segunda metade do século XX. Salvador: FIEB, 2008. 204 p. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/SDI/2011/OUTUBRO/2007%20-%201o%20colocado%20-%20A%20era%20da%20ind%20C3%BAstria-%20a%20economia%20baiana%20na%20segunda%20metade%20do%20s%20C3%A9culo%20XX.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção Teórica em Economia Regional**: uma proposta de sistematização. Salvador: UFBA, 2002. 25 p. Disponível em: <https://www.desenbahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/9e49f56325344b32b62df58e8879cc3d.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DINIZ, Sibelle Cornélio. Análise do setor cultural nas regiões metropolitanas brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211651060-.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ELIOMAR FILHO, José. “Notas Sobre o Enigma Baiano”: uma análise historiográfica do livro de pinto de aguiar sob a ótica econômica. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2018, Santo Antônio de Jesus. **Anais Eletrônicos...** Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1532309026_ARQUIVO_NOTASSO BREOENIGMABAIANO_ANALISEHISTORIOGRAFICADOLIVRODEPINTODEAGUIARSO BAOTICAECONOMICA.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**: 2007-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101687.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LIMA, Carmen Lúcia Castro. Cultura como vetor de desenvolvimento: algumas considerações para o estado da Bahia. **BA&D: Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, ed. 2, p. 99-122, jul.- dez. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/148>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Políticas culturais na Bahia**: gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jaques Wagner (2007-2009). Orientador: Dr. Antônio Albino Canelas Rubim. 2011. 239 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18155/1/disserta%20a7%20a3o%20Hanayana.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PEREIRA, Claudia Fardin Soares; SPINOLA, Noelio Dantaslé. A economia da cultura em seus aspectos teóricos e programáticos. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador, n. 188, p. 52-69, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/39997069/A_economia_da_cultura_em_seus_aspectos_te%C3%B3ricos_e_program%C3%A1ticos. Acesso em: 15 jul. 2023.

PORTA, Paula. **Economia da Cultura**: um setor estratégico para o país. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7275/1/592.%20texto-sobre-o-prodec-paula-porta.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: O Caleidoscópio da cultura. São Paulo: Manole, 2007. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Final-Economia-da-Cultura-e-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel-Ana-Carla-Fonseca-Reis.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SECULTBA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Políticas culturais na Bahia: 2007-2014**. Salvador, 2014. Disponível em:
http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/LIVRETO_SECULT.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Boletim economia criativa na Bahia 2021**. Salvador: SEI, 2021. Disponível em:
https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim_cultura/pdf/boletim_econ_criativa_bahia_2021.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Raízes: A contribuição portuguesa na formação da cultura brasileira**. Salvador-Lisboa: UNIFACS, 2018.

SPINOLA, Noelio Dantaslé; GUERREIRO, Goli; SPINOLA, Tatiana de Andrade. Economia cultural de Salvador: a indústria do carnaval. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, n. 9, p. 58-72, jan. 2004. Disponível em:
<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/113/117>. Acesso em: 15 jul. 2023

VIEIRA, Mariella Pitombo. Política cultural na Bahia: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado no campo da cultura (1995-2002). **Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, vol. 7, n. 12, p. 111-120, mar/2006. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/482/527>. Acesso em: 16 jul. 2023.

VILAR, Emílio Rui. Sobre a economia da cultura. **Comunicação & Cultura**. Lisboa, n. 3, p. 131-144, 2007. Disponível em:
https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10383/1/03_07_Emilio_Rui_Vilar.pdf. Acesso em 20 jul. 2023.